

REUMAM, V. 4, N. 1, 2019, ISSN online 2595-9239

VULNERABILIDADE DO CONHECIMENTO TRADICIONAL VERSUS INTERESSES DE MERCADO: PERCEPÇÕES REGISTRADAS EM COMUNIDADES NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PARÁ

Eduardo da Silva Santos¹
Sérgio Cardoso de Moraes²
Leonardo Silveira Santos³
Wagner L Ramos Barbosa⁴

RESUMO: O estudo em questão aborda a relação comercial existente entre uma *comunidade tradicional ribeirinha e o mercado financeiro*, representado por empresas ligadas a biotecnologia, procurando de uma certa forma, apresentar o modo desproporcional do lucro, ou seja, a total inexistência da equidade nesta equação. Em consequência, essa relação desequilibrada entre os atores, acarreta uma baixíssima condição às comunidades tradicionais na inserção de forma competitiva no mercado e, assim, atingirem uma melhor condição financeira e qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento tradicional, Mercado, Vulnerabilidade.

VULNERABILITY OF TRADITIONAL KNOWLEDGE VERSUS MARKET INTERESTS: PERCEPTIONS REGISTERED IN COMMUNITIES IN THE MUNICIPALITY OF ABAETETUBA - PARÁ

ABSTRACT: The study in question addresses the existing commercial relationship between a traditional riverside community and the financial market, represented by companies linked to biotechnology, seeking, in a certain way, to present the disproportionate mode of profit, that is, the total lack of equity in this equation. As a consequence, this unbalanced relationship between the actors, brings a very low condition to traditional communities in the competitive insertion in the market and, thus, to reach a better financial condition and quality of life.

KEYWORDS: Marketplace, Traditional knowledge, Vulnerability.

VULNERABILIDAD DEL CONOCIMIENTO TRADICIONAL VERSUS INTERESES DE MERCADO: PERCEPCIONES REGISTRADAS EN COMUNIDADES DEL MUNICIPIO DE ABAETETUBA - PARÁ

¹ Engenheiro Florestal, Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, CENSIPAM, E-mail: eduardo.santos@sipam.gov.br

²Sociólogo, Doutor em Educação, docente e pesquisador da Universidade Federal do Pará, *in memoriam*

³ Administrador, Mestre em Ciência da Religião, pela Universidade do Estado do Pará, E-mail: leonardosilveirasantos7@gmail.com

⁴Farmacêutico Industrial, Doutor em Ciências Naturais, Universidade Federal do Pará, E-mail: barbosa@ufpa.br

RESUMEN: El estudio en cuestión aborda la relación comercial existente entre una comunidad ribereña tradicional y el mercado financiero, representado por empresas vinculadas a la biotecnología, buscando, de cierta manera, presentar el modo de lucro desproporcionado, es decir, la ausencia total de equidad en esta ecuación. Como consecuencia, esta relación desequilibrada entre los actores, trae una condición muy baja a las comunidades tradicionales en la inserción competitiva en el mercado y, así, para alcanzar una mejor condición financiera y calidad de vida.

PALABRAS CLAVE: Conocimiento tradicional, Mercado, Vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

A abordagem neste trabalho está centrada em uma percepção vivenciada em sala de aula e ratificada na visita técnica da Disciplina *Conhecimentos Tradicionais e Transformações Socioambientais*, do Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), realizada no Município de Abaetetuba, estado do Pará, no período de 11 a 12.11.2017.

As populações tradicionais possuem técnicas próprias de uso e manejo dos recursos naturais, através das quais interferem no processo de sucessão ecológica, promovem a regeneração de áreas degradadas, a ciclagem de nutrientes e o aumento da riqueza de espécies nos ecossistemas manejados (POSEY. 1983, 1985; MORIN-LABATUT; AKATAR, 1992; BALÉE, 1994). Vale destacar, com base em Toledo e Barreira-Bassols (2015), que o saber dos povos tradicionais representam práticas intelectuais e materiais inseridas em uma tradição familiar, preservando sua memória, ao contrário do que ocorre em sociedades ditas modernas, ou erroneamente vistas como superiores, onde o esquecimento de ritos ancestrais gera uma realidade artificial com a produção de novos desenhos sem raízes históricas.

Partindo-se desse referencial, oportuno caracterizar alguns pontos balizadores à um melhor entendimento neste estudo: Segundo Fraxe (2007), o termo **“ribeirinho”** refere-se aquele que anda pelos rios, construindo com ele e com a mata um elo que permeia a feição do seu viver e da reprodução de sua cultura. Para Paes Loureiro (2001, p.38), esse modo de vida espelha o expoente da cultura amazônica, que “possui profundas relações com a natureza, que perdurou, consolidou e fecundou o imaginário destes indivíduos às margens dos rios”. Sobrevivem, habitualmente, da pesca artesanal, do extrativismo animal e vegetal, além da própria agricultura de subsistência, apresentam no contexto global um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos

naturais, com frágil articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais.

No tocante ao *mercado*, utilizar-se-á o conceito empregado na economia e das ciências económicas que designa um local, físico ou não, no qual os compradores e os vendedores se confrontam para estabelecer o preço e a quantidade de um determinado bem que pretendem transacionar, ou seja, o mercado é o ambiente social ou virtual propício às condições de troca de bens e serviços.

Quanto ao termo *vulnerabilidade* entende-se que a terminologia carrega em si a ideia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promove justiça e cidadania entre eles – e avaliar em que medida essas pessoas têm acesso a tudo isso. Ele representa, portanto, não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É uma busca por mudança no modo de encarar as populações-alvo dos programas sociais, levando em consideração a pluralidade e a singularidade de realidades sociais e suas relações com a vulnerabilidade (ADORNO, 2001, p. 12).

Numa outra perspectiva, Watts e Bohle, em 1993, propuseram uma estrutura tripartite para constituir uma teoria sobre a vulnerabilidade, que consiste em direito, empoderamento e política económica. A vulnerabilidade é definida na intersecção desses três linhas, sendo que direito se refere ao direito das pessoas; o empoderamento, refere-se à sua participação política e institucional; e a política económica, se refere à organização estrutural-histórica da sociedade e suas decorrências.

Quanto a *Comunidade Tradicional* os conceitos são diversos, novos e bastante discutidos, além de apresentarem uma característica de estar em processo de construção, não havendo, portanto, no momento, uma definição universalmente aceita (FRAXE, 2007). Nesse sentido, Johnson, 1992; Wavey, 1993; Berkes, 1993; Berkes e Henley, 1997; Diegues, 1996; Wagley, 1998; Chaves, 2001; o Decreto nº 6040, de 07/02/2007; e a Convenção sobre Diversidade Biológica (2012), apresentam diversas

abordagens, entretanto, neste trabalho utilizar-se-á o conceito definido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2001):

Um corpo de conhecimento construído por um grupo de pessoas através de sua vivência em contato próximo com a natureza por várias gerações. Ele inclui um sistema de classificação, um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de auto manejo que governa o uso dos recursos.

O ***Conhecimento Tradicional*** é definido como o conjunto de saberes e saber – fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração (DIEGUES et al., 2000). Um saber de caráter poroso, onde o arquétipo desse conhecimento foi edificado por séculos de interação e trocas com o ambiental e entre grupos (LUCAS; GURGEL; LOBATO, 2017).

O conhecimento do meio ambiente e a habilidade para utilizar esse meio, na medida em que vão sendo transmitidos e absorvidos pelas gerações transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão da natureza pelo contato íntimo com a água, a floresta, e a terra (MORAES, 2011).

Para sintetizar, Rahman (2000) propõe que o termo Conhecimento Tradicional deve ser designado essencialmente como um conhecimento oral com forte conteúdo tácito que tem evoluído dentro da comunidade local e tem sido passado de uma geração a outra, incluindo não só o saber local ou indígena, mas também o conhecimento científico e outros conhecimentos adquiridos de estranhos.

Neste contexto, o segmento do conhecimento tradicional é objeto de forte investigação e interesse de grandes setores de corporações industriais, tipo: Fármacos, Cosméticos, Alimentos, Agrotóxicos, Energia e Insumos, haja vista, ser matéria prima de entrada do crescente plano da evolução da biotecnologia. Tal situação acarreta uma significativa pressão aos recursos naturais acolhidos pelos territórios das populações tradicionais e possivelmente explicado pelo avanço rotineiro e delicado dos limites da sociedade de mercado.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa ficou compreendida em duas partes, a primeira foi direcionada a revisão bibliográfica e a segunda na obtenção da coleta de dados extraída via reuniões com a comunidade local. Tal juntada, de informações foi derivada da visita técnica da disciplina *Conhecimentos Tradicionais e Transformações Socioambientais do Curso de Mestrado Profissional do PPGEDAM/NUMA/UFPA*, executada na região das ilhas do

município de Abaetetuba, estado do Pará.

Na revisão bibliográfica procurou-se levantar o máximo possível de embasamento teórico referente ao conhecimento tradicional e ao mesmo tempo empregando uma correlação com o processo de crescimento das populações tradicionais que habitam as redondezas do arquipélago das ilhas de Abaetetuba e assim, estabelecer uma fundamentação de compreensão da problemática ambiental existente nesta região.

A segunda parte esteve relacionada à participação direta com a comunidade local residente na região das ilhas, a qual ocorreu através de reuniões e entrevistas (informais). Neste momento, puderam-se extrair diversas informações que contextualizaram e nortearam a situação dessas comunidades em vários aspectos, como: questões fundiárias; questões econômicas; acesso a políticas públicas; saneamento básico; educação, saúde; emprego e renda.

A necessidade de comprovação desse momento foi o emprego do trabalho de campo realizado durante a referida disciplina, na qual a experiência presenciada in loco (empírico) foi um fator determinante à compreensão e à observação da situação, conforme(OLIVEIRA, 1996).

Basicamente, o trabalho de campo foi realizado através de uma grande reunião com os representantes das comunidades, posteriormente uma reunião com um ribeirão e finalmente encerrando o processo de extração das informações em uma reunião final de avaliação, com representantes locais que, de certa forma, assessoram as comunidades ribeirinhas.

Caracterização da Área de Estudo

Figura 1 — Mapa do município de Abetetuba-PA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o levantamento e análise das informações registradas neste estudo, chegou-se aos seguintes resultados:

- O nível de conscientização das comunidades tradicionais, com relação aos aspectos: educação, saúde, saneamento básico e gestão ambiental, mostrou-se fragilizado.
- Necessita-se avançar em um programa que estabeleça ações que objetivem a disseminação dos direitos de proteção dos conhecimentos tradicionais às comunidades locais.
- A base da economia local está centrada no extrativismo animal e vegetal, merecendo destaque o açaí e o peixe, que são consumidos quase na sua totalidade nas comunidades, o excedente da produção é comercializado através dos atravessadores e na área urbana do município de Abaetetuba.
- O equacionamento das questões fundiárias sob a perspectiva das comunidades tradicionais junto aos órgãos governamentais é uma “esperança” de mudança de vida dos ribeirinhos, tendo em vista, que a Secretaria de Patrimônio da União – SPU e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, estão em processo de regularização dessas áreas ribeirinhas, com destaque ao Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da Ilha de Campompema.
- Os serviços básicos disponibilizados à comunidade e necessários a sobrevivência humana são insuficientes, principalmente quanto ao acesso à Políticas Públicas, Programas Governamentais e Assistência Técnica e Extensão Rural.
- Face ausência quase que total do Estado registrou-se a presença de várias Organizações Sociais presentes na área, como: Sindicatos, Comissões, Movimentos, Cooperativas, Federações. Podendo-se citar com destaque o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), prestando apoio e organização, quanto a reivindicação dos direitos humanos das comunidades ribeirinhas.
- A presença do mercado expressado na exploração dos conhecimentos tradicionais junto as comunidades ribeirinhas apresentam-se de forma bastante cristalina na região. Sendo constatada, a relação da Empresa NATURA com a Cooperativa local.
- A biodiversidade e os conhecimentos tradicionais necessitam ser protegidos nesta

relação comercial, haja vista, que a valorização do patrimônio genético e humano apresenta-se desigual, cabendo assim, o estabelecimento de mecanismos de proteção mediante a implementação de um sistema legal aos conhecimentos tradicionais, cujo saber venha a ser salvaguardado através do patenteamento desse conhecimento dessas comunidades.

- O Estado deve estar mais presente na região, regulando os processos em curso, mediante sua atribuição e competência, evitando assim, prejuízos às comunidades ribeirinhas.

- No registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, o município de Abaetetuba apresenta no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, um dado de 65,22%, representando uma área de 76.860,26 ha, no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais fica evidente, a necessidade da implementação de mecanismos de proteção às comunidades ribeirinhas no que tangue aos conhecimentos tradicionais. Neste momento, os recursos genéticos e a apropriação dos saberes locais pelo grande capital, representados por empresas ligadas a biotecnologia, estão retirando dessas comunidades verdadeiras relíquias que são transformadas em um exorbitante lucro para o mercado nacional e internacional. O resultado dessa equação é uma taxa de retorno financeiro às comunidades tradicionais, quase insignificantes frente ao lucro dessas empresas.

Neste caso, em decorrência da legislação vigente ser ineficiente e escassa, tem-se o elevado risco dessas comunidades, ainda de pagarem royalties às indústrias ligadas a biotecnologia. Para tanto, faz-se necessário uma profunda mudança na legislação, com vistas a salvaguardar os direitos das propriedades intelectuais do saber local e que estão expressos através dos conhecimentos tradicionais dessas comunidades ribeirinhas.

As estratégias de comercialização devem mudar, a verticalização da produção local, nesses ambientes deve ser incentivada, assim como a equidade. O aperfeiçoamento do processo produtivo dessas comunidades deve ser buscado, condições de armazenamento e transporte, são fatores indispensáveis à competitividade imposta pela lei de mercado.

Por fim, medidas devem ser introduzidas na relação econômica: *Comunidades*

Tradicionais x Mercado e estas devem estar centradas na busca de melhorias tecnológicas, medidas de agregação de valor aos produtos comercializados, bem como, na proteção do próprio conhecimento tradicional.

AGRADECIMENTOS

O presente artigo é dedicado, *in memoriam*, ao Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes, docente e pesquisador do NUMA/UFPA, profissional ímpar na condução acadêmica, técnico-administrativa e de vida, que dedicou boa parte de sua carreira profissional à UFPA.

Oportuno registrar também, os agradecimentos às comunidades localizadas as margens do Rio Maratauíra, um afluente do Rio Tocantins, no município de Abaetetuba, responsáveis de forma direta pela disponibilização das informações à construção dessas percepções no presente artigo.

Por fim, registra-se os agradecimentos finais aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) e demais profissionais do NUMA/UFPA, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. A arte é alegre? In: RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton; ZUIN, Antônio Álvaro Soares; PUCCI, Bruno (Orgs.). **Teoria crítica, estética educação**. Campinas: Unimep, 2001.

BALÉE, W. Biodiversidade e os Índios Amazônicos. In: **Amazônia, Etnologia e História Indígena**. (E.V Castro & M.C. Cunha org.) NHII /FAPESP. p. 383-393, 1994.

BERKES, F. Traditional ecological knowledge in perspective. In: **Traditional Ecological Knowledge: Concepts and Cases**, J. T. Inglis (ed.). Ottawa: International Program on Traditional Ecological Knowledge and International Development Research Centre. p 1- 9, 1993.

BERKES, F.; HENLEY, T. Threat or opportunity? **Policy Options**. 1997.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, 2007.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa - ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2001.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Os Saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo (NUPAUB – USP); Brasília: Coordenadoria da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (COBIO-MMA) 2000.

FRAXE, T. de J. P.; PEREIRA, H. dos S.; WITKOSKI, A. C. (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus:EDUA, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre os municípios brasileiros**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2020.

JOHNSON, M. Lore: Capturing Traditional Environmental Knowledge. In: **Dene Cultural Institute and the International Development Research Centre**. Ottawa, 1992.

MORAES, Dirce A. Foletto de Prova: instrumento avaliativo a serviço do ensino e da aprendizagem. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v.22, n.49, p.233-258, 2011.

MORIN-LABATUT, G.; AKATAR, S. Traditional Knowledge: a resource to manage and share. **Development**, v. 4, p. 24-30, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio e o Mundo dos Brancos**. 4.^a ed., 198 p., Campinas: Unicamp, 1996.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Obras Reunidas**. São Paulo: Escrituras, 2001.

PEREIRA, H. M.; FERRIER, S.; WALTERS, M.; GELLER, G. N.; JONGMAN, R. H. G.; SCHOLLES, R. J. et al. Essential biodiversity variables. **Science**, v. 339, p. 277–278, 2013.

POSEY, D. A. Indigenous Knowledge and Development: an ideological bridge to the future. **Ciência & Cultura**, v. 35, n. 7, p. 877-894, 1983.

POSEY, D. A. Ethnoecology as applied anthropology in Amazonian development. **Hum. Organ.** v. 43, n. 2, p. 95-107, 1984.

RAHMAN, Ataur. Development of an Integrated Traditional and Scientific Knowledge Base: **A Mechanism for Accessing, Benefit-Sharing and Documenting Traditional Knowledge for Sustainable Socio-Economic Development and Poverty Alleviation**. UNCTAD Expert Meeting on Systems and National Experiences for Protecting Traditional Knowledge, Innovations and Practices. Genebra, 2000.

TOLEDO, Víctor M.; BARREIRA-BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica: estudo do Homem nos Trópicos**. 3^a ed. São Paulo: EDUSP 1988.

WATTS, M. J.; BOHLE, H.G. The space of vulnerability: the causal structure of hunger and famine. **Progress in Human Geography**, Londres, v. 17, n. 1, 1993.

WAVEY, Robert. International workshop on indigenous knowledge and community-based resource management: Keynote address. In: **Traditional Ecological Knowledge: Concepts and Cases**, J. T. Inglis (ed.). Ottawa: International Program on Traditional Ecological Knowledge and International Development Research Centre. 1993.